

# PRAIA VERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

V.26 N. ESPECIAL

APRESENTAÇÃO

**Rosana Morgado**

**Sheila Backx**

ENSAIOS

**Maria Helena Rauta Ramos**

**Marilda Villela Iamamoto**

**Lilia Guimarães Pougy**

**Yolanda Guerra**

**Sara Granemann**

**Fátima Grave Ortiz**

ENTREVISTA

**Leila Bugalho**

EDIÇÃO ESPECIAL

**40 ANOS DO PPGSS-UFRJ**

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 26 n. ESPECIAL  
2016  
Rio de Janeiro  
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 1-168	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	----------	------

# PRAIAVERMELHA

## **Notas sobre o PPGSS-UFRJ: história, método e ação**

### **Lilia Guimarães Pougy**

*Docente da ESS-UFRJ, do PPGSS-UFRJ, do NEPP-DH/UFRJ e do PPDH-UFRJ. Supervisora na formação de equipes técnicas dos Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa e do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, Mestre em Serviço Social pela ESS-UFRJ, Assistente social.*

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 26

n. especial

p. 91-109

2016

*Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.*

Walter Benjamin<sup>1</sup>

## RESUMO

A proposta deste artigo, em resposta à chamada comemorativa do quadragésimo ano de criação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, é uma tarefa de rememoração que combina exercício da docência no lugar da administração acadêmica em diferentes e diversas conjunturas à subjetividade de quem a opera-realiza. É tão somente uma leitura que movimenta projetos acadêmicos, práticas teórico-políticas e afetos, em dois grandes eixos: a Unidade acadêmica e o Programa, propriamente dito, e a área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade. A temporalidade obedece a um ponto de partida, o biênio 2004-2005, conquanto o amplie, para o *antes* e o *depois*.

## PALAVRAS-CHAVE

Memórias da ESS/UFRJ. PPGSS/UFRJ. Universidade Brasileira.

No contexto comemorativo do quadragésimo aniversário da criação do curso de mestrado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, revisito, sob a forma de notas, *um acontecimento vivido* no Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

---

1 BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust, 1929. In: Obras Escolhidas, Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1993:37.

Rememorar uma experiência singular como a coordenação de um programa de pós-graduação de uma universidade pública em meados dos anos 2000 requer um deslocamento do tempo *cronológico, homogêneo e vazio* em direção à *história aberta* assentada em práticas. Reminiscência e memória, a partir do presente, são o ponto de partida e de chegada desta narrativa rememorada.

A título de localização espaço-temporal sobre o papel e função do PPGSS para a universidade pública, gratuita e laica, para a UFRJ e para a área de serviço social, recorro a memória institucional e pessoal que considero importante para o contraste entre os anos 2004-2006, quando assumi a coordenação do programa durante a gestão da Profa. Dra. Rosana Morgado na direção da Escola de Serviço Social; levo ainda em conta o período em que fui coordenadora da integração acadêmica da pós-graduação na Decania do CFCH, por dois quadriênios sucessivos (2006-2014); e considero também o tempo presente, novembro de 2016.

## **ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

O Programa começou com o curso de mestrado, em 1976, quatro anos depois da PUC-SP e PUC-RJ. Já o curso de doutorado teve início em 1994, treze anos após o curso da PUC-SP. A criação destes cursos na UFRJ inclui a particularidade de ambos serem os primeiros em uma universidade pública, gratuita e laica.

O protagonismo deste Programa na formação de mestres e doutores no Brasil e na América Latina foi operado na Escola de Serviço Social a partir de uma vigorosa inflexão em duas grandes variáveis que impactaram sobremaneira o Programa de Pós-graduação em Serviço Social na sua gênese: 1) a formação de assistentes sociais e, correspondentemente, o projeto político-pedagógico do curso de graduação combinado com a reforma curricular do início dos anos 1990; e 2) a ampliação do corpo docente no que diz respeito à questão numérica e disciplinar.

A reunião das condições institucionais para operar essa vigorosa expansão planejada endogenamente pela direção encabeçada pela

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Helena Rauta Ramos foi concomitante à criação do curso de graduação no turno noturno, com a mesma grade curricular do diurno, mas com periodização diferenciada, o que exigia um acompanhamento e orientação acadêmica sistemática dos estudantes trabalhadores.

O contexto de produção desse cenário tracejado combina os efeitos do “Congresso da Virada”, de 1979, quando o projeto ético-político profissional foi redimensionado em favor de um amplo processo de renovação crítica nos planos acadêmico e profissional, a efervescência política da Constituinte e a conquista da Seguridade Brasileira, apoiada no tripé da Previdência Social, da Saúde e da Assistência Social como política de direitos. No início dos anos 1990, a questão social e suas manifestações configuram o objeto profissional; e a defesa intransigente dos direitos sociais, a marca da ação profissional e da academia. A transformação do PPGSS, portanto, está organicamente associada a profundas transformações da formação profissional fundamentadas nas inflexões operadas no marco das relações Estado e sociedade civil, nas quais os movimentos sociais compareceram de modo virtuoso e profícuo.

O corpo docente do Programa foi composto, além de professores doutores da área de serviço social, de pesquisadores das áreas da teoria política, sociologia, antropologia, história social, saúde coletiva, política social, geografia e economia, fato que instalou as condições para uma perspectiva pluridisciplinar das pesquisas, a qual afetou o ensino e a formação de pesquisadores.

## **REMEMORAÇÃO DO BIÊNIO 2004/2005**

O deslocamento à *história aberta* obedece a inflexões que carecem de detalhamento, salvo melhor juízo, sendo preciso enunciar o lugar de onde falo com vistas à qualificação da narrativa sobre a pós-graduação. Sou docente da Escola de Serviço Social há 31 anos e integro o quadro permanente do PPGSS há 16 anos. Fui coordenadora do Programa sucedendo a Prof.<sup>a</sup> Dra. Nobuco Kameyama, expoente

no Serviço Social brasileiro e latino-americano, que teve um protagonismo importante no desenvolvimento da pós-graduação da área, na formação profissional e de pesquisadores. Nesse período o colegiado do Programa se ocupava em rever sua estrutura curricular para organizar as áreas de concentração e linhas de pesquisas dos cursos de mestrado e doutorado, na tentativa de avaliar, decorridos dez anos do Programa com cursos de mestrado *stricto sensu* e doutorado, os planos acadêmico, administrativo e organizacional.

O processo de revisão da estrutura curricular dos Cursos definiu duas áreas de concentração transversais aos cursos de mestrado e de doutorado, que foram: 'Questão social, Políticas sociais e Serviço Social' e 'Cultura, Cidadania e Serviço Social', com oito linhas de pesquisas: políticas sociais, processo de trabalho e classes sociais, história e concepções contemporâneas de serviço social, teoria social e serviço social, temas urbanos, cultura e movimentos sociais, Estado, sociedade e direitos humanos, democracia e globalização.

Os catorze meses que compreendem o período de outubro de 2004 a dezembro de 2005 deram sequência ao processo de revisão curricular e experimentação de uma nova sistemática de coordenação executiva do programa, na qual as comissões permanentes tiveram um papel fundamental dentro do âmbito do Colegiado do Programa, imprimindo um fluxo mais ágil nas rotinas acadêmicas. A estrutura de coordenação do Programa implantou uma gestão colegiada, por meio de um conselho de coordenação composto da coordenadora, da vice-coordenadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Myriam Moraes Lins de Barros e dos coordenadores das duas áreas, Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria das Dores Campos Machado e Prof. Dr. José Paulo Netto. Vinte e seis professores doutores<sup>2</sup> compunham o corpo docente e havia numerosas solicitações

---

2 Nesta ocasião, além dos docentes coordenadores(as) já mencionados (as), constituíam o corpo docente os professores doutores: Andrea Moraes Alves, Alejandra Pastorini Corleto, Carlos Eduardo Montañó, Carlos Nelson Coutinho, Cleusa Santos, Eduardo Vasconcelos, Erimaldo Nicácio, Giuseppe Cocco, Janete Luzia Leite, Joana Garcia, José Maria Gómez, Laura Tavares Soares, Leilah Landim, Maria das Dores

de ingresso no Programa, o que poderia dinamizar as pesquisas e produções nas áreas propostas.

A estrutura organizacional concebida para facilitar o processo de implantação do currículo encontrou dificuldades estruturais, dada a duplicidade das grades curriculares. Com efeito, a coexistência de duas grades – no mestrado, “Serviço social, instituições e movimentos sociais” e no doutorado “O serviço social, a política social e a cidadania”, com suas distintas lógicas organizacionais –, com a nova estrutura – ‘Questão social, Políticas sociais e Serviço Social’ e ‘Cultura, Cidadania e Serviço Social’ – complexificou a concretização da proposta. A oferta das disciplinas naqueles semestres letivos foi tensionada pelas disciplinas já cadastradas e autorizadas na lógica anterior e os conteúdos atinentes às ementas novas, conquanto informal. Todo o processo de revisão curricular envolveu a sensibilização do corpo social na sua construção e o procedimento de transição para a nova grade proposta só pôde ser iniciado quando aprovado nas instâncias acadêmicas.

Na proposta as áreas são transversais aos dois cursos do Programa, implicando na oferta de um total de dezoito disciplinas, das quais quatro de ementa aberta, buscando contemplar temas conexos às demandas das Linhas de Pesquisa.

Importa registrar que os processos de reestruturação do currículo e de revisão e atualização do Regulamento são conexos e a tramitação nas instâncias colegiadas da unidade de ensino, o Colegiado de Pós-graduação e a Congregação, do ‘Cepequinho’ CPGP/FE-ESS, do Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH – e do Colegiado de Ensino e Pesquisa para Graduados – CEPg é obrigatória em vista da sua implantação formal. No âmbito do colegiado de pós, a proposta da estrutura curricular foi homologada em abril de 2005.

---

Campos Machado, Maria de Fátima Cabral Marques Gomes, Maria Lídia Souza da Silveira, Marildo Menegat, Rogério Lustosa Bastos, Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Sara Nigri Goldman, Suely Souza de Almeida e Yolanda Guerra.



Nesta ocasião o Regulamento do Programa ainda precisava ser adequado às principais diretivas da Res. CEPG 05/01, que dispõe sobre a regulamentação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFRJ, tendo em vista “atualizar normas e regras institucionais e adequá-las à legislação do ensino de pós-graduação do país” e “unificar os procedimentos de criação e funcionamento dos Programas”.

Outra importante iniciativa de estruturação do Programa foi a de reativar as comissões permanentes de trabalho de modo vinculado ao Colegiado; deste modo as comissões permanentes de acompanhamento acadêmico, bolsa e planejamento de disciplina tiveram caráter consultivo e instruíram o Colegiado de Pós, instância decisória máxima do Programa de Pós-graduação.

O registro da produção docente e discente de modo vinculado às linhas de pesquisa e áreas de concentração foi um processo dificultado pela necessidade de se operar em duplo registro: na base da universidade com seu sistema próprio e na plataforma Lattes. Foram promovidas oficinas de treinamento para o corpo social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, com modesta adesão dos envolvidos.

O estabelecimento de novas rotinas institucionais foi possível por meio da realização de ações do planejamento estratégico, tais como: 1) diagnose da situação do Programa, levando em consideração os descritores presentes na avaliação trienal, embora neles não se esgotando; 2) orientação acadêmica aos discentes em situação de risco (fora de prazo); 3) avaliação de desempenho para a renovação de bolsas; 4) observação das resoluções dos colegiados superiores para homologação de atos acadêmicos; 5) definição de calendário consonante ao calendário da universidade; 6) oferta e incentivo à participação do corpo docente e discente em oficinas para o registro da produção acadêmica vinculada ao Programa, na base de dados da universidade; 7) realização de chamadas aos docentes e discentes para o registro da produção intelectual vinculada a Linhas de pesquisa do Programa; 8) preenchimento e envio do Coleta Capes no prazo; 9) atendimento das demandas da Capes (consulta sobre produção e cadastro discente) e da UFRJ (reuniões bimestrais dos

Coordenadores com o Pró-reitor); 10) participação do Programa na criação do CPGP/FE-ESS; 11) programação com a representação discente da Semana de Aulas Inaugurais; 12) produção do folder de divulgação do Programa; 13) construção da home page do Programa; 14) reestruturação da secretaria acadêmica, com a ampliação do corpo de funcionários técnico-administrativos e definição das atividades; 15) representação do Programa nas reuniões da Capes, Cnpq e Abepss; 16) realização de levantamentos e estudos exploratórios sobre o desempenho do Programa; 17) instrução e negociação junto ao CEPG de 28 processos de homologação de defesas realizadas em 2003 e 2004 que caíram em exigência por descumprirem as resoluções vigentes; 18) instrução e negociação junto ao CEPG de oito homologações de banca e de uma dezena de defesas fora do prazo; 19) instituição do exame de proficiência de língua portuguesa para candidatos estrangeiros nos Exames de seleção de 2005 e 2006; 20) regularização do exame de proficiência de língua estrangeira de 70 estudantes do Programa e realização do exame de proficiência de língua estrangeira na seleção 2006; 21) seleção de estudantes no escopo do PEC-PG/Capes-CNPq para 2006 e 2007; e 22) publicação da Revista Praia Vermelha<sup>3</sup> N.11, relativa ao segundo semestre de 2004. Importa registrar que neste período a revista era classificada pelo Qualis como conceito A, contudo devido à irregularidade dos números da referida revista, esse conceito tendia a ser alterado, o que impediria a observação do critério para o financiamento de periódicos por parte da FAPERJ ou CNPq. Este número onze foi possível por meio de financiamento da FUJB. A transição para o formato de revista eletrônica foi avaliada como facilitadora das edições periodizadas.

O contexto histórico e político do período combinou a euforia pela eleição presidencial de um operário, Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, com o “risco de desilusão popular quanto à política”(Lesbaupin,

---

3 A Editora executiva da Revista Praia Vermelha foi a Profa. Dra. Myriam Moraes Lins e Barros.

2003:10<sup>4</sup>), face aos desdobramentos das reformas da previdência e tributária, dos caminhos da política econômica e das políticas sociais mais afinados com os interesses do empresariado. Nos termos de Comparato,

“O governo Lula veio fundado em uma esperança muito grande, um calor humano extraordinário, e ele está aos poucos destruindo a nossa esperança, o que é muito grave, porque governar não é só exercer o poder. (...) Isso está acontecendo porque o governo Lula adotou a política econômica do pensamento único, e aprofundou as diretrizes do governo passado” (2003:10<sup>5</sup>).

No primeiro mandato de Lula, dois ministros da educação executaram sua política para a área, Tarso Genro e Fernando Haddad, e importa para fins desta rememoração, registrar: O Plano Nacional da Pós-graduação – PNPG – 2005-2010 – operou importantes transformações na pós-graduação, na área da avaliação de cursos e no investimento à criação de cursos de mestrado profissional. No que se refere ao ensino superior, nesse período foram criadas universidades federais, criados novos cursos e operada uma expansão das universidades que trouxe impacto na democratização do acesso aos cursos sem o correspondente investimento para as ações de permanência dos estudantes nas instituições federais de ensino superior. A unificação do acesso ao ensino superior através do Exame Nacional do ensino Médio – ENEM – combinado com a instituição do SISU – Sistema de Seleção Unificada – e do PROUNI – Programa Universidade para todos – se potencializou o acesso e a mobilidade

---

4 LESBAUPIN, Ivo. Governo Lula: um balanço do primeiro ano. Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em serviço social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro.

5 Analisando a conjuntura brasileira. Entrevista com Fábio Konder Comparato, para o Jornal Brasil de Fato, em 22 de dezembro de 2003. IN Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em serviço social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro.

de estudantes em todas as instituições de ensino superior, carrou recursos às iniciativas privadas de formação profissional.

Na pós-graduação, a área de serviço social foi provocada a se manifestar sobre a avaliação de programas, o formato do Coleta Capes, o estabelecimento de critérios e revisão do qualis da área assim como a intervenção no redimensionamento da grande área proposta pela Comissão Especial de Estudos do CNPq, da Capes e da Finep. Tratava-se de uma proposta com profundas alterações na grande área das ciências sociais aplicadas, que passaria a ser designada “ciências socialmente aplicáveis”, o que cindiria a área de serviço social e economia doméstica em duas, reunindo os programas de serviço social em uma e os de políticas sociais em outra. Essa proposta teve grande repercussão nos Programas, que se reuniram para debater e qualificar propostas.

No que se refere à situação do corpo discente do Programa, havia 136 pós-graduandos (83 doutorandos e 53 mestrandos) com matrícula ativa, dos quais 48 estavam fora do prazo de defesa (27 doutorandos e 21 mestrandos).

Nas turmas de mestrandos, o levantamento também revelou uma situação bastante adversa. Das cinquenta e três matrículas ativas, vinte e uma estão fora do prazo, caso seja englobada a turma de 2003, cujo prazo terminou em agosto de 2005.

Se esses indicadores do Programa exigem medidas efetivas que vêm sendo tomadas com base no monitoramento da Comissão de Acompanhamento Discente, são tão-somente a face visível do problema. Com efeito, os atos acadêmicos precedentes e necessários à defesa estão bastante desperiodizados, se tomarmos como referência o previsto no Regulamento do Programa. O estudo realizado<sup>6</sup> visa sistematizar elementos à compreensão do desempenho do Programa no que tange a sua missão última, formar mestres e doutores. Deste

---

6 Levantamento e estudo realizado por Maria de Fátima Migliari com base nos registros da Secretaria Acadêmica, efetivados por meio de atas dos diferentes atos acadêmicos.

modo, engloba matrículas desativadas, computa as matrículas trancadas, as desistências e os cancelamentos automáticos efetivados pelo sistema de registro acadêmico, o que explica a discrepância com o dado anterior, do número total de discentes em cada curso.

Dos vinte e três estudantes da turma de 2001, cujo prazo expirou em fevereiro do referido ano, dezoito realizaram a qualificação, catorze defenderam o projeto – dos quais quatro em dezembro de 2004 e quatro em 2005 – e somente três defenderam a tese – duas daquelas defesas havidas em 2004. Se esse dado mostra a importância do acompanhamento efetivo do corpo discente por parte da Coordenação, mostra também a sua insuficiência. A situação provocou debates sobre a natureza da formação de mestres e doutores no tempo previsto pela Capes e aplicado nas diferentes áreas, inclusive na área de serviço social envolvendo cada membro do corpo de professores permanente na observação dos prazos de seus orientandos. Para além das histórias singulares que decerto justificam os processos de doutoramento extemporâneos, faz-se mister uma política global de enfrentamento desse quadro.

No que se refere ao panorama do mestrado, também se verifica a trajetória de formação extemporânea. A defesa do projeto, procedimento indispensável à pesquisa e, por via de consequência, à elaboração da dissertação de mestrado, prescinde autorização do colegiado superior, diferentemente da autorização da banca para defesa. Em virtude dessas intervenientes, a defesa de projeto foi bastante estimulada por meio de orientação acadêmica dos estudantes, o que se pode verificar, sobretudo na turma de 2003. No interstício deste relatório foram realizadas 17 defesas de projeto de dissertação – uma da turma 2000, duas de 2002, dez de 2003, três de 2004 e uma de 2005.

O tempo de titulação de mestres e doutores, de acordo com o relatório Capes<sup>7</sup> – avaliação trienal 2001/2002/2003 – foi elevado, o que não surpreende dado o quadro precedentemente analisado.

---

7 (<http://www1.capes.gov.br/Avaliacao/Avaliacao/Scripts/FiltraArquivosTrienio.idc?Area=32&IES=UFRJ&ano=2003>).

QUADRO DEMONSTRATIVO DO TEMPO DE TITULAÇÃO DO PPGSS		
ANO DA AVALIAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
2001	32,9 meses	60,5 meses
2002	42,8 meses	71,3 meses
2003	41 meses	63,1 meses

Os dados de 2004 apresentam uma sensível melhora: 38 meses para o mestrado e 61 meses para o doutorado e a avaliação trienal vindoura apresentará dados que confirmem a ação de orientação e acompanhamento acadêmico. Em 2005 foram defendidas onze teses, nove defesas de projetos, dezoito qualificações e estão agendadas para janeiro três defesas de tese. No que se refere ao mestrado, foram defendidas doze dissertações, e realizadas quinze defesas de projeto, sendo que uma defesa de dissertação está agendada para janeiro.

Todo o esforço da Programa no enfrentamento do alto índice de defesas fora do prazo implicou, além da negociação interna no que diz respeito a orientação e acompanhamento acadêmico, na criação do Edital de Defesa Fora do Prazo junto ao Conselho de Ensino para Pós-graduados – CEPg – e Pró-reitoria de Pesquisa e pós-graduação – PR2 –, em vista da regularização dos procedimentos acadêmico-administrativos. A criação do Cepguinho FE-ESS também imprimiu celeridade aos processos de homologação de bancas de defesa vindouras. Deste modo, o procedimental foi construído a partir de proposta acadêmica sem tergiversar na observação da qualidade das teses e das dissertações.

Esses dados foram produzidos no escopo do Relatório Anual de Atividades Acadêmicas de 2005<sup>8</sup>, e revisitá-los no tempo presente é um exercício de constatação da vitalidade do Programa de

---

8 Este relatório é de autoria e responsabilidade da Coordenadora do Programa de Pós-graduação e contou com o apoio do corpo técnico da Secretaria Acadêmica - Fabio Marinho, Ieda Viot e Luiza Pessoa – no levantamento das informações assim como com o estudo comparativo de Maria de Fátima Migliari, que está colaborando na assessoria à Comissão de Acompanhamento Acadêmico.

Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ no equacionamento e enfrentamento dos dilemas e perspectivas dos programas da área.

## **MIRADA A PARTIR DA ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Nos dois quadriênios seguintes, a partir de 2006, na condição de coordenadora de integração de pós-graduação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, pude acompanhar as atividades do PPGSS com a amplitude da área e diversidade de formas de resistência, melhoria e desenvolvimento dos programas vinculados a unidades de ensino do Centro. A missão da coordenação no interior da estrutura média da universidade é justamente a de favorecer a interação entre os programas, assim como dinamizar e potencializar questões comuns da área junto à estrutura superior da UFRJ e aos órgãos de fomento de ensino e pesquisa para graduados.

Nesse interstício foram criados dois cursos de doutorado – História Comparada e Lógica e Metafísica – e os Regulamentos de todos os programas foram adequados às Resoluções do CEPg, com pareceres homologados no Conselho de Centro, dos quais destaco uma particularidade do PPGSS. Dez dos onze programas reunidos em seis unidades do CFCH estabeleceram que o Colegiado de Pós-graduação é constituído por todo o corpo de professores permanentes e representação estudantil, nos termos da legislação vigente, em vista da legalidade e sustentação das decisões. No PPGSS a composição do colegiado é por representação: três representantes docentes escolhidos e indicados pelos três departamentos da unidade, três docentes do corpo de professores do Programa, três discentes e o(a) Coordenador(a), que não pode dispor do voto de desempate.

Em 2007 e 2008 a coordenação CFCH concertou proposta aos Editais Proinfra – FINEP dos respectivos anos. Em 2007 o projeto abrangeu os onze programas e a solicitação foi parcialmente atendida com a instalação da rede de informática no prédio do IFCS. Em 2008,

o consórcio de dezoito programas<sup>9</sup> de quatro centros universitários permitiu a proposta Laboratório de Pesquisa e Produção Multimídia Portal das Ciências Humanas, totalmente aprovada nas instâncias da UFRJ e na FINER. A proposta tem como objetivo a instalação de três pólos de Laboratórios de pesquisa e produção multimídia das Ciências Humanas na Praia Vermelha, no IFCS e na Ilha da Cidade Universitária, com vistas a criar um Portal das Ciências Humanas.

O acompanhamento dos programas da área revelou solidez dos cursos criados a partir das décadas de 1970: quatro cursos; de 1980: três cursos; de 1990: dois cursos; e de 2000: três cursos. Nove programas iniciaram o curso de mestrado *stricto sensu* e criaram o curso de doutorado em período posterior que variou entre três anos, caso do Programa de Pós-graduação em Filosofia; e 18 anos, PPGSS; com uma exceção: o PPG em Psicologia que criou, simultaneamente, os dois cursos.

Na avaliação trienal de 2007, relativa aos dados coligidos em 2004, 2005 e 2006, subiram de posição quatro programas: Comunicação, 5; Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 4; História Comparada, 4; e Sociologia e Antropologia, 7. Sete programas mantiveram seu conceito: Educação, 3; Filosofia, 4; História Social, 4; Lógica e Metafísica, 4; Psicologia, 4; Serviço Social, 5; e Teoria Psicanalítica, 5.

Destaca-se que, com o alto desempenho revelado na avaliação trienal de 2010<sup>10</sup>, ademais da incansável resistência da área para o cumprimento da sua missão institucional de formar mestres e doutores com qualidade e desenvolver pesquisa em cursos da modalidade acadêmica, quatro ascenderam de posição: os Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Serviço Social que passaram para

---

9 Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – Planejamento Urbano e Regional, Economia, Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento e Economia Política Internacional; um do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, Geografia, e um no Fórum de Ciência e Cultura - Antropologia Social.

10 Fonte: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4355-planilhas-comparativas-da-avaliacao-trienal-2010>



conceito 6, o Programa de Pós-Graduação em Educação que passou de conceito 3 para conceito 5, e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia que obteve conceito 5. Dos sete programas que mantiveram o conceito da avaliação trienal de 2006, dois são programas de excelência, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, conceito 7 e o Programa de Pós-Graduação em História Social, conceito 6; O Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica manteve o conceito 5 e os Programas de Pós-Graduação em Filosofia, História Comparada, Lógica e Metafísica e Psicologia de Comunidade e Ecologia Social permaneceram com o conceito 4<sup>11</sup>. Importa destacar: 1) o PPGCOM é o primeiro colocado da área de 59 programas, o PPGSA é o segundo colocado da área de 42 programas, o PPGSS é o quarto em vinte e sete programas e o PPGHS é o sexto em 53 programas; 2) o PPGE subiu dois pontos no conceito, desempenho possível a partir de um diagnóstico criterioso acompanhado da corajosa transformação interna, reestruturando sua área de concentração e linhas de pesquisa.

A nota final de 2013 corroborou a consolidação dos cursos *stricto sensu* dos programas e envolveu o retorno do curso de Ciências da Informação à Escola de Comunicação da UFRJ, após o período de 2003 a 2008 na Universidade Federal Fluminense. Na Escola de Comunicação também foram criados, em 2013, o Programa de Pós-graduação em Artes da Cena, PPGAC na modalidade mestrado *stricto sensu*; e em 2014, o Programa de Pós-graduação em Tecnologias e Linguagens da Comunicação, PPGTLCOM, na modalidade mestrado profissional. Ainda em 2013 o Instituto de História criou o Programa de Pós-graduação em Ensino de História – PPGEH –, programa nacional com turmas em diferentes instituições de ensino superior, com a coordenação da UFRJ.

O Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida, NEPP-DH, criou o Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos – PPDH –, em 2015.

---

11 Fonte: <http://www.cfch.ufrj.br/index.php/2012-07-07-13-24-17/coord-posgrad>

As informações relativas aos programas de pós-graduação *stricto sensu* apresentadas na sequência sintetizam a tendência de combinar resistência e desenvolvimento num contexto em que as ciências humanas e sociais têm recursos modestos para a execução de suas atividades fim. As áreas das ciências tecnológicas, da natureza – sobretudo aquelas aglutinadas no chamado setor petróleo e gás – e da saúde – no setor da nanotecnologia e na pesquisa em biofísica e bioquímica – captaram financiamento por meio de programas destinados para a formação de pesquisadores, o que também impacta na formação profissional. Trata-se do entendimento hegemônico da inovação e desenvolvimento aplicado àquelas áreas, o que em si é profícuo, desde que também seja aplicado à área das ciências humanas e sociais. Na chamada internacionalização, o fomento restrito a esta área, em face daquelas já financiadas, reforça a desigualdade historicamente instalada na concepção da ciência, da pesquisa e da pós-graduação. Para fins de apresentação do cenário, apresenta-se a tabela própria com base nas informações da base CAPES.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CFCH/UFRJ: BALANÇO SINTÉTICO								
PROGRAMA	UE	NÍVEL	INÍCIO ME	INÍCIO DO	TRIENAL 2004	TRIENAL 2007	TRIENAL 2010	TRIENAL 2013
UFRJ/IBICT	ECO	M/D	1970	1994	--	--	--	5
PPGCOM	ECO	M/D	1972	1983	4	5	6	6
PPGE	FE	M/D	1972	1980	3	3	5	5
PPGF	IFCS	M/D	1977	1980	4	4	4	5
PPGLM	IFCS	M/D	2006	2009	4	4	4	4
PPGSA	IFCS	M/D	1980	1993	6	7	7	7
PPGHC	IH	M/D	2002	2008	3	4	4	4
PPGHS	IH	M/D	1982	1992	6	6	6	6
PPGTP	IP	M/D	1988	1994	5	5	5	5
PPGEICOS	IP	M/D	1992	1999	3	4	4	3
PPGP	IP	M/D	1992	1992	4	4	5	5
PPGSS	ESS	M/D	1976	1994	5	5	6	6

Por todo o exposto, a integração acadêmica na estrutura média da universidade tem um papel estratégico de pensar a unidade na resistência e desenvolvimento sem prejuízo das particularidades dos programas, cursos e unidades.

## **O TEMPO PRESENTE**

Difícil falar no tempo presente e versar sobre o vivido e o aprendido-transmitido, sem a elaboração possível no distanciamento da rememoração. O processo de *enquadramento da memória*, como polemiza POLLAK<sup>12</sup>, diz respeito a uma construção social da identidade individual e coletiva, na disputa sobre a sua seletividade, estimulada na tensão das dimensões subterrânea e “oficialmente” organizada. Identificar contradições e paradoxos na atualidade implica pontuar na conjuntura os limites, possibilidades e desafios que a sociedade enfrenta.

A presidenta Dilma Rousseff, reeleita para o segundo mandato em 2014, foi afastada do cargo sem que houvesse cometido crime, em razão de um golpe jurídico, parlamentar e midiático, em abril de 2016, o que adensou o rearranjo de forças conservadoras e corruptas nos três poderes republicanos, ao atingirem legal e formalmente o Estado Democrático de Direito. O que já tínhamos de regressão no campo dos direitos foi potencializado. Na área da educação, o financiamento do ensino privado permaneceu forte e o contingenciamento de recursos autorizados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – e também de recursos próprios, em três anos consecutivos, coloca em risco atividades fim desta universidade pública, gratuita e laica.

São tempos adversos em que se verifica apoio ao desmonte dos direitos arduamente conquistados pelo povo brasileiro, em nome de um ajuste financeiro necessário para a estabilização da economia. O entendimento hegemônico parece ser o de autonomia e exclusividade da economia como forma de desenvolvimento.

---

12 POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

O impacto do desmonte na universidade pública e na produção de ciência por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos níveis da educação básica, da graduação e da pós-graduação é nefasto, na formação profissional e/ou de pesquisadores, ademais da formação de professores. Projetos escandalosamente reacionários que tramitam nas diferentes instâncias do legislativo – municipal, estadual e federal –, constroem a atividade de ensino-aprendizagem por asfixia e combinam a subtração de recursos e a perseguição moralizadora sobre conteúdos e didáticas ministrados.

A tramitação e aprovação de proposta de emenda constitucional (PEC 241, na Câmara Federal e PEC 55, no Senado Federal) que instituiu um novo regime fiscal por duas décadas e antecedeu a reforma previdenciária e trabalhista, agenda derrotada na eleição de 2014, ganha institucionalidade após o golpe.

Neste cenário toda e qualquer atividade na universidade pública, gratuita e laica está em risco. As áreas da saúde pública e da educação pública estão sendo atingidas insidiosamente pelas medidas propostas no âmbito do executivo e autorizadas pelo Congresso Nacional. O corte de bolsas dos estudantes, combinado com a retração das ações de permanência na universidade, dinamiza o drama individual, social e institucional. Esta inflexão – sub financiamento do setor público – é uma decisão política do governo federal, ainda na gestão da presidenta Dilma, quando os incentivos necessários para a chamada democratização do acesso à universidade foram dirigidos ao setor privado por meio do FIES<sup>13</sup> e PROUNI<sup>14</sup>.

---

13 “O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação”. (<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>).

14 “O Programa Universidade para Todos – Prouni – tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas.

No tempo presente, todavia, as conquistas devem ser celebradas e ampliadas, ainda que no âmbito interno: o colegiado de pesquisa e pós graduação da UFRJ, CEPg, posicionou-se favoravelmente à adoção de ações afirmativas na Pós-graduação da UFRJ, em sessão realizada em dezembro de 2016. Esta decisão tem raiz na iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS –, vinculado ao Museu Nacional/Fórum de Ciência e Cultura, que no Edital de seleção 2013/2014, realizou o seu processo seletivo incluindo ações afirmativas para estudantes indígenas e negros (<http://www.ppgasmn-ufrj.com/ingresso.html>).

A Pró-reitoria de Pesquisa e pós-graduação, PR2, tem dinamizado o debate divulgando a experiência do PPGAS e provocando outros Programas para ampliarem seus processos seletivos, considerando ações afirmativas. Nesse contexto, o PPGSS participou da Semana de Integração Acadêmica – SIAC – com atividades organizadas por comissão constituída no seu colegiado, que elegeu o tema para debate e deliberação, processo em desenvolvimento. A realidade, dinâmica e contraditória, interpela e provoca as instituições na direção da ampliação da pós-graduação mais inclusiva. A perspectiva futura pode ser alvissareira.

---

Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa”. (<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>).

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO**

**REITOR**

Roberto Leher

**PRÓ-REITORA DE**

**PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Leila Rodrigues da Silva

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**DIRETORA**

Andréa Teixeira

**VICE-DIRETORA**

Sheila Backx

**DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

**REVISTA PRAIA VERMELHA**

*(Para os membros da Equipe Editorial  
pertencentes à Escola de Serviço Social  
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

**EDITORES**

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

**COMISSÃO EDITORIAL**

Rosana Morgado

Sheila Backx

**CONSELHO EDITORIAL**

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo Montañó Barreto, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF), Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de

Medeiros (CPDA/UFRJ), Ligia Silva Leite (UERJ), Lilia Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfirio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunca Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

**EDITORES TÉCNICOS**

Fábio Marinho

Márcia Rocha

**PRODUÇÃO EXECUTIVA**

Márcia Rocha

**REVISÃO**

Andréa Garcia Tippi

**PESQUISA DE IMAGENS**

Márcia Rocha

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)  
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ  
(21) 3873-5386  
[revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha](http://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha)

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

[http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR)

Publicação indexada em:

**IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**

ccn.ibict.br

**Base Minerva UFRJ**

minerva.ufrj.br

**Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

revistas.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral  
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5  
CDU 36 (05)